

O ser inexistente em Brentano e Twardowski

The non-existing being in Brentano e Twardowski

Marcos Amatucci¹

Recebido: 12/2015

Aprovado: 03/2016

Resumo: Este estudo mostra a influência da discussão das muitas formas de se dizer o ser em Aristóteles, e em particular, como dizer o ser inexistente, sobre o conceito de intencionalidade na psicologia descritiva de Brentano e em sua teoria do juízo; e os respectivos desenvolvimentos posteriores na filosofia de Twardowski.

Palavras-chave: Intencionalidade; teoria do juízo; Brentano; Twardowski; Aristóteles.

Abstract: This study shows the influence of the Aristotelian discussion of the several senses of being, particularly the sense of the non-existing being, on Brentano's concept of intentionality and in his theory of judgement; and the respective posterior developments in Twardowski's Philosophy.

Keyword: Intentionality; theory of judgement; Brentano; Twardowski; Aristotle.

Brentano

Tendo entrado na História da Filosofia (e da Psicologia) como precursor de um dos conceitos centrais da fenomenologia, o da intencionalidade, muito em função de seus ilustres discípulos, Brentano é na verdade um dos grandes aristotelistas do Século XIX. Interessado em fundar a Psicologia como uma ciência empírica, busca em Aristóteles a chave para definir o objeto de estudo desta nova ciência. A chave aristotélica está nos muitos sentidos do ser, dentre os quais um (o ser verdadeiro ou falso) que possibilita falar-se do ser inexistente. Esta é a chave de seu conceito de

¹ Doutorando em Filosofia pela PUC/SP. Professor de Epistemologia.
Problemata: R. Intern. Fil. v. 7. n. 1 (2016), p. 18-30 ISSN 2236-8612
doi: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.26711>

intencionalidade e do ser “mental” como objeto de sua ciência da psicologia.

Brentano é aluno de Trendelenburg, e desenvolve sob a supervisão desta sua tese de doutorado *On the several senses of being in Aristotle (Von der mannigfachen Bedeutung des Seienden nach Aristoteles)* (Brentano, 1975). Trendelenburg prossegue o trabalho de Schleiermacher de voltar aos originais gregos, marca da filosofia do início do Século XIX. Em sua crítica ao idealismo alemão hegeliano, Trendelenburg conclui que a filosofia alemã virou a esquina errada e realiza a volta a Kant proposta por Liebmann (Porta, 2011, 2014a). Em seu *Psicologia do ponto de vista empírico* (Brentano, 2014), Brentano empresta de Aristóteles a noção do ser inexistente ao seu projeto de definição do objeto da ciência da psicologia. Vejamos como isto se dá.

Brentano inicia sua dissertação (*On the several senses...*) mostrando que Aristóteles afirma nos livros IV, VI e VII que ‘O ser se diz de várias maneiras’ (Το δε ον λεγεται μεν πολλαχος) (Reale, 2001) p. 129.

Aristóteles, nesta formulação (“se diz” – λεγεται) remete claramente ao problema dos muitos *sentidos do termo* “ser”. Não é o ser que é de diversas maneiras quando é, mas o sentido do que dizemos quando dizemos que algo é, é que pode ser diverso em cada caso. Brentano remete aos *sentidos do ser* logo no título de sua dissertação (*On the several senses...*); ora, o que pode ter sentido é o termo, e não o ser como ser. Uma borboleta “física” não pode ter *sentido*; o que pode ter sentido (e eventualmente mais do que um, resultando em ambiguidade) é uma *afirmação* envolvendo uma borboleta¹.

Mas quando fazemos uma afirmação sobre a borboleta temos que tê-la “em mente”, e tanto a afirmação quanto a representação (chamemos assim por enquanto) da borboleta “são” *num certo sentido* da afirmação do verbo ser. Que sentidos podem ser estes?

Em busca desta resposta, (Brentano, 1975) p. 4 agrupa os sentidos do ser de Aristóteles em quatro, de acordo com as distinções do livro VI da *Metafísica*: o ser acidental (ων εν μεν ην το χατα συμβεβηχος); o ser no sentido de ser verdadeiro, em contraposição ao não-ser no sentido de ser falso (το ων αλεθες, χαι το μη ον ως ψευδος); o ser no sentido das figuras

das categorias (σχηματα της κατηγορίας); e o ser potencial e ser atual (δυναμει και ενεργεια) (Reale, 2001) p. 272.

O sentido de ser como ser verdadeiro e não-ser como ser falso abre a possibilidade de uma discussão, inicialmente linguística, mas que pode ser transportada para uma ontologia da psicologia. Brentano recupera a seguinte passagem de Aristóteles:

Uma coisa é dita ser porque é uma substância, outra porque é um atributo da substância, outra ainda porque é um processo em direção à substância, ou corrupção da substância, ou privação de formas substanciais ou qualidades da substância, ou porque produz ou gera substância ou aquilo que é predicado da substância, ou porque é a negação da substância ela mesma. Por essa razão nós também podemos dizer que não-ser é não-ser” Aristóteles, Met. IV.2.1003b6 apud (Brentano, 1975) p. 3.²

Na última parte, Aristóteles explicita o fato de que, para poder afirmar que algo não é, temos que afirmar o seu ser negativo – e assim afirma-se um ser inexistente, mas que “é”. Caso contrário não seria possível afirmar que determinado ser não existe, ou que uma afirmação é falsa.

Brentano passa a explorar cada um dos quatro sentidos de ser. No capítulo III, onde examina o ser no sentido de ser verdadeiro, enfatiza o fato de que Aristóteles atribui verdade ou falsidade a afirmações ou a negações, julgamentos afirmativos ou negativos, ou ainda, no *De Anima*, a combinações de conceitos do entendimento. Essas relações acontecem, portanto, “na alma” do falante:

É também certo que o ‘ser’ da cópula não designa uma realização [Energie] do ser, um atributo real, uma vez que fazemos afirmações acerca de negações e privações, relações puramente fictícias, e outras construções mentais totalmente arbitrárias, como quando Aristóteles assinala na passagem mencionada da Met. IV.2 ‘portanto dizemos que o não-ser é não-ser’. Também dizemos coisas como ‘cada magnitude é igual a si mesma’, apesar de que certamente não podemos encontrar relações [pros ti] como a de igualdade na natureza das coisas. Ou dizemos ‘centauros são monstros mitológicos, Júpiter é um falso deus’ etc.’

É claro para a razão que não concedemos nenhum tipo de realidade ao fazer estas afirmações. (Brentano, 1975) p. 24.

Neste ponto Brentano aproxima-se de seu *gran finale*, onde reconhecerá o caráter puramente mental e não-real do ser verdadeiro. Em outra passagem,

Disso segue-se logo uma extensão mais ampla do ser como ser verdadeiro: agora não somente julgamentos pertencem a ele, mas conceitos, também, são extraídos deste domínio toda vez que uma asserção puder ser formada sobre eles, e o ser da cópula puder ser atribuído a eles. Desta maneira, mesmo o não-ser, uma vez que é um não ser, 'é um não-ser', portanto, um *on hos alethes* [ser no sentido de verdade] e, similarmente, cada constructo mental, isto é, tudo o que em nossa mente possa objetivamente vir a ser o sujeito de uma asserção verdadeira, pertencerá a ele. (Brentano, 1975) p. 25.

Brentano então realiza a inversão (“similarmente...”) apontada e criticada por (Porta, 2014a): se o ser enquanto ser real pertence ao universo mental, então este compõe-se daquele.

Do fato que a verdade se encontre 'na' alma, passa Brentano a afirmar, por meio de uma problemática inversão, que, então, tudo o que 'está na' alma participa do modo de ser verdadeiro. Como existência 'mental', oposta a toda existência 'real', o ser verdadeiro abarca tudo aquilo que meramente existe 'na' alma e não na realidade (externa). A oposição básica é, portanto, entre o que é 'na' consciência e o que 'é' fora dela, sendo que o que é 'na' consciência tem um ser diminuído, ainda quando, de alguma forma, possua algum tipo de 'realidade' (Realität). (Porta, 2014a) p. 30.

Chegamos, portanto, ao ponto em que possível compreender a natureza do objeto mental em Brentano: é, mas não é real. Esta é a matéria-prima que nele consistirá no objeto primeiro psicologia como ciência.

No Psicologia do ponto de vista empírico, vai discriminar dois tipos de “seres” (que passa a denominar fenômenos) mentais: assim, segundo sua nova formulação, os

dados de nossa consciência dividem-se em duas grandes classes, a dos fenômenos mentais e a dos fenômenos físicos.

Cada ideia ou representação que adquirimos seja através de percepção sensível ou imaginação é um exemplo de fenômeno mental. Por representação eu não quero dizer aquilo que é representado, mas antes o ato de representar. Assim, ouvir um som, ver um objeto colorido, sentir calor ou frio, tanto quanto os estados de imaginação similares, são exemplos do que quero dizer por este termo. Também quero dizer com isto o pensar de um conceito geral, desde que tal coisa realmente ocorra. Além disso, cada juízo, cada lembrança, cada expectativa, cada inferência, cada convicção ou opinião, cada dúvida, é um fenômeno mental.

Também devem ser incluídos sob este termo cada emoção: alegria, tristeza, medo, esperança, coragem, desespero, raiva, amor, ódio, desejo, ato de vontade, intenção, assombro, admiração, desprezo etc.

Exemplos de fenômenos físicos, por outro lado, são uma cor, uma figura, uma paisagem que eu vejo, um acorde que eu ouço, calor, frio, odor que eu sinto; tanto quanto as imagens similares que aparecem em minha imaginação” (Brentano, 2014) p. 83.

O fenômeno psíquico, objeto de sua nova ciência, distingue-se primariamente devido ao seu caráter intencional: dirige-se a um conteúdo ou objeto (Brentano não distingue conteúdo de objeto, ambos são “imanescentes”). Então o representar é sempre representar algo, desejo é sempre desejo de algo, o julgar é sempre julgar algo, o odiar é odiar algo. Este objeto intencional é o objeto primário do ato psíquico. Todo ato psíquico dirige-se secundariamente para si mesmo: quando desejo algo, sei que desejo algo. Esquemáticamente,

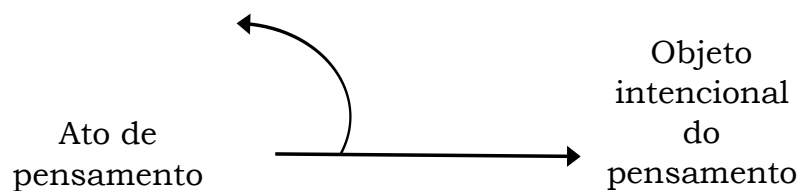


Figura 1. Ato intencional em Brentano. Fonte: (Jacquette, 2004) p. 101.

Portanto, fenômenos mentais são para Brentano atos mentais que se distinguem de seus objetos. Os atos mentais podem ser de três tipos: representações (ou o ato de representar), que é o tipo básico do qual dependem todos os outros, juízos e fenômenos de amor e ódio.

O caráter puramente imanente da intencionalidade de Brentano nesta fase³ gerou alguma confusão sobre o que é imanente nele e o que seria o transcendente. Compreende-se, dada a discussão do ser inexistente, que o interesse de Brentano neste período limita-se ao fenômeno psíquico, sendo sua teoria “transcendentalmente neutra”, isto é, tendo a vantagem de poder coadunar-se a diversas concepções de mundo exterior. Twardowski encarregar-se-á de mudar isto.

A teoria de juízo de Brentano

O juízo é, portanto, uma das três grandes categorias em que agrupam os atos mentais: a representação (ou o ato de representar), o juízo, e os fenômenos de amor e ódio.

Com esta doutrina, Brentano pode levantar uma teoria existencial do juízo. Nela (1) o ato de julgar implica um objeto dado à representação, mas não um predicado; (2) o juízo consiste em aceitar ou rejeitar a existência do objeto; e (3) as proposições assumem uma forma canônica:

A existe (A+)

A não existe (A-)

Onde A é um objeto dotado de propriedades. Desta forma, proposições complexas são assim colocadas na forma canônica:

... ‘Franz vê uma bela folha outonal que está úmida e tem uma cor vermelho-laqueada’ deveria, de acordo com a teoria existencial, ser expressa da seguinte maneira: ‘a bela-folha-de-outono-úmida-e-vermelholaqueada-vista-por-Franz é’. (Rojszczak & Smith, 2003) p. 161.

Segundo (Brandl, 2010), aqueles três elementos (1-3) constituem o coração da teoria de juízo de Brentano: a tese fundacional, a tese da polaridade e a tese existencial. Para Brentano, a formulação combinatória foca o juízo no seu conteúdo (sujeito e predicado somente acrescentam

complexidade ao conteúdo), em detrimento de sua qualidade (aceitação ou rejeição da existência daquele conteúdo).

Esta conclusão deriva e sua separação entre representação e juízo: o conteúdo (com todos os seus predicados) é representação; o juízo é a aceitação ou rejeição da existência do conteúdo.

A aceitação ou rejeição da existência do objeto, no juízo, consiste numa atitude positiva ou negativa em relação ao objeto, que Brentano compara à relação de amor e ódio, o terceiro tipo de fenômeno mental. Como nesta relação, o objeto mesmo é neutro; pode-se amar ou odiar o mesmo objeto; mas é a relação que se estabelece com ele que pode conter uma das duas polarizações.

A este respeito, também, encontramos um fato absolutamente análogo nos juízos. Aqui, também (...) nós encontramos leis especiais, que são particularmente válidas para juízos, e as quais carregam a mesma relação para com a lógica que as leis de amor e ódio carregam para com a ética..” (Brentano, 2014) p. 232.

Postulando objetos, juízos e fenômenos de amor e ódio como os elementos básicos da fenomenologia mental, Brentano tem uma visão não-proposicional dos objetos (isto é, estes são primitivos em relação àqueles). Tal acarretará determinados tipos de dificuldades em relação a juízos negativos – afirmar por exemplo que unicórnios não existem – pois o objeto a ser julgado inexistente não existe em primeiro lugar para poder ser julgado.

As diferentes concepções de objetos de juízo vão mais tarde separar, de acordo com (Van der Schaar, 2013), empiristas ingleses, sejam idealistas ou lógico-realistas, entre si, conforme veremos mais adiante.

Brentano distingue ainda termos “categoremáticos”, que denotam objetos cuja existência se julga (os conteúdos do juízo), de termos “sincategoremáticos”, que denotam termos cuja existência não se julga (termos como “é”, “e”, “ou” – mas, principalmente para ele, “verdadeiro” e “falso”, vide adiante). “Existir” na forma canônica monádica pertence à segunda categoria: não é a propriedade de existir, mas o resultado de um juízo, exprimindo sua qualidade.

De acordo com (Rojszczak & Smith, 2003), a teoria de juízo de Brentano é subjetiva tanto porque os objetos de juízo são imanes, quanto porque o juízo em si é um ato mental, sem a objetividade atemporal bolzaniana. Isto leva à dificuldade de amarrar o resultado do juízo à noção de verdade ou falsidade. O critério de veracidade ou falsidade pertence para Brentano à esfera da *percepção interior*: uma concepção puramente epistemológica baseada na propriedade sincategoremática de “verdadeiro” e “falso”.

A teoria de verdade de Brentano baseia-se em *evidencia*, que é o resultado da identidade entre o juízo e o que é julgado (Rojszczak & Smith, 2003) p. 163. Também é chamada teoria epistemológica da verdade. Os juízos dividem-se em juízos de fato e juízos de necessidade. Os juízos de fato referem-se a juízos de percepção interna, por exemplo quando julgo que meu pensamento existe. Nesses casos a identidade é auto-evidente, e é nela que o juízo das percepções externas também está baseado, pois os objetos se apresentam à consciência como “apresentações”, que são a base de todos os outros fenômenos mentais. Os juízos de necessidade também chamados por Brentano de “axiomas” são os que mantêm uma relação conceitual com o juízo existencial, como “círculos quadrados não existem” (Rojszczak & Smith, 2003). Na percepção externa, por exemplo quando julgamos que alguma coisa vermelha existe, não temos um tal tipo de evidência, mas um juízo “cego” (*id. ib.*), algo como um palpite educado.

Tendo em vista o caráter puramente imanente dos objetos intencionais nesta fase, conforme mencionado, não é demais enfatizar que a “existência” a que a teoria brentaniana do julgamento se refere é o ser verdadeiro, sem relação a qualquer entidade transcendente a esta realidade psíquica.

Twardowski

Twardowski radicaliza a ideia de ser inexistente ao ponto de distinguir entre conteúdo da representação e objeto representado. Sua teoria de intencionalidade, portanto, é tripartite: possui ato psíquico, conteúdo e objeto.

O caso singular que melhor mostra a diferença entre conteúdo e objeto é o de um objeto inexistente. Quando por exemplo negamos a existência de algo por possuir

propriedades contraditórias, é o objeto real que é impossível, não sua ideia:

Toda ideia, mantém Twardowski, tem um objeto. Considere, por exemplo, a ideia de um círculo quadrado. Alguns filósofos pensam que essa ideia não tem objeto. Que eles estão enganados pode ser visto, de acordo com Twardowski, pelo fato de que a entidade cuja existência é negada devido às suas propriedades inconsistentes não é a ideia de círculo quadrado, mas o círculo quadrado ele mesmo. Ele está argumentando, em outras palavras, que se alguém nega a existência de algo, esse algo tem que estar diante de sua mente.
(Grossmann, 1977) p. xi.

O que em nosso ver corresponde mais de perto à ideia de Aristóteles de que o não-ser é não-ser: a ideia do não-ser deve estar na mente do falante para que ele o afirme. E ela está, na interpretação de Twardowski, na forma de conteúdo. Este, portanto, “é” e existe, sempre; mas não é real, nunca.

A argumentação que justifica a separação entre conteúdo e objeto segue, de acordo com (Porta, 2014b), a linha de mostrar que suas propriedades são diferentes.

- a. O conteúdo existe sempre, o objeto pode existir ou não e, ainda quando não exista, segue sendo diverso do conteúdo. (...)
- b. O conteúdo nunca possui realidade, o objeto pode ou não possuí-la. (Porta, 2014b) p. 91.

Agora a ideia da representação do objeto impossível, exemplificado acima pelo círculo quadrado, pode ser mais claramente demonstrada:

Há objetos que possuem propriedades contraditórias. Se, não obstante, é possível representa-los, é porque o portador dessas propriedades não pode ser senão o objeto, nunca o conteúdo, pois este existe. (Porta, 2014b) p. 93.

E evidentemente esses objetos necessitam poder ser representados se, seguindo Aristóteles, queremos negá-los. Twardowski afirma explicitamente que este é o caso dos objetos inexistentes:

Mas mesmo que alguém está imediatamente inclinado a negar o objeto e, seguindo esta inclinação, faz o juízo ‘Este objeto não existe’, ainda assim, de maneira a fazer este julgamento, é necessário que a pessoa tenha uma representação do objeto (Twardowski, 1977) p. 23.

Twardowski contextualiza a discussão do objeto inexistente na tradição medieval (também aristotélica) de negação de universais, ou “infinitação”⁴. Quando dizemos “nãoGregos”, estamos nos referindo a uma partição da categoria universal imediatamente superior (superordenada): “homens”, ou “europeus”. É claro para o estudioso que “não-Gregos” não se refere a tudo no universo que é “não-Grego”, como mesas e cadeiras (“anjos, casas, paixões e tronados de trompetes”, nas palavras do polonês), mas apenas à outra partição da categoria superordenada. Tais negações, dado o contexto a que se referem, tem significado preciso e são, portanto, categoremáticos.

Mas uma dificuldade surge para universais que não possuem superordenados, ou são os superordenados de si mesmos. Qual a infinitação de “algo” (*something*)? Ou não há, ou seria “algo” outra vez. Portanto “nada” (*nothing, no-thing* ou *no-something*) como negação de “algo” não encontra universal superordenado para particionar. Então expressões como “Nada é eterno” significam “Há um não-algo que é eterno”, e esta negação torna-se um termo sincategoremático, e a referência passa a ser o termo subsequente, que é negado. Assim, em “nenhum ser humano”, o “nenhum” não possui referência, mas o “ser humano”, que é negado, é que a possui (Twardowski, 1977) p. 20. Desta maneira, quando se faz o julgamento “o círculo quadrado⁵ não existe”, isto equivale a “há um não-círculo quadrado que existe”, e o círculo quadrado é o referente de algo. O que? Não pode ser referência de algo real, posto que possui qualidades contraditórias, mas é de um “algo” representado. As qualidades contraditórias de circularidade e a “quadradez”, que impedem a existência real do objeto, não pertencem à representação – esta não é circular, nem quadrada, tanto quanto não é azul – mas ao objeto inexistente.

Twardowski conclui que a representação de objetos inexistentes, embora não siga exatamente a mesma lógica da

representação dos objetos existentes, é não obstante uma representação, um conteúdo do ato psicológico, e existe. Assim, o objeto não existente é representado:

E o círculo quadrado é algo representado não no mesmo sentido em que o conteúdo é algo representado; porque o conteúdo existe. Em vez disso, o círculo quadrado é algo representado no sentido de ser um objeto da representação; este objeto é, no caso, negado, mas não obstante representado, como no caso de um objeto. Porque somente como um objeto da representação pode o círculo quadrado ser negado; o que é negado é o que o nome 'círculo quadrado' designa. Enquanto objeto de representação, o círculo quadrado não pode ser negado; o conteúdo mental, o qual é o significado do nome, existe no mais verdadeiro sentido da palavra. (Twardowski, 1977) p. 22.

Twardowski completa afirmando que uma representação sem objeto seria uma contradição; por isso, a representação que se dirige a um objeto inexistente é uma representação que designa um objeto – inexistente. Isto é, não existem nem podem existir representações sem objeto, mas existem representações que podem representar objetos inexistentes.

A teoria de juízo de Twardowski

Twardowski segue a teoria de juízo idiogenética de Brentano, adaptada para sua distinção entre conteúdo e objeto, para desagrado de Grossmann:

Twardowski sustenta que a distinção tripartite entre ato, conteúdo, e objeto também se aplica a juízos. Um juízo, tal qual uma representação, consiste de duas partes, o tipo [kind] e o conteúdo. O tipo é, é claro, uma instanciação da propriedade de ser um juízo ao invés de ser uma representação. Até aqui o paralelo entre o julgamento e a representação é perfeito. Mas então Twardowski diz algo muito surpreendente sobre o conteúdo do julgamento, a saber, que o conteúdo de um julgamento é a existência do objeto sobre o qual se afirma ou se nega por meio do juízo (Grossmann, 1977) p. ix.

Não obstante o desapontamento, se os juízos são existenciais, e o conteúdo sempre existe, é claro que o aquilo que o juízo existencial julga só pode ser o objeto para o qual o conteúdo aponta, senão o juízo seria uma tautologia sempre.

Além disso, a distinção de conteúdo e objeto não tem outra finalidade senão a de romper com o imanentismo de Brentano: e, portanto, o juízo tem que tratar do objeto “transcendente”.

Conclusão

A consideração do ser inexistente como consequência dos muitos modos de se dizer o ser em Aristóteles permitiu a Brentano desenvolver a teoria da intencionalidade e fixar o objeto e o método de sua nova ciência, a Psicologia empírica.

A mesma discussão permitiu a Twardowski discriminar entre conteúdo e objeto, e a volta da discussão ontológica no campo da intencionalidade. Esta volta, segundo (Rojszczak & Smith, 2003), abrirá os horizontes para os posteriores desenvolvimentos de Meinong e Husserl; bem como Tarski no campo da linguística.

Referências

- BRANDL, J. (2010). Brentano's Theory of Judgement *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* Stanford.
- BRENTANO, F. (1975). *On the several senses of being in Aristotle* (R. George, Trans. R. George Ed.). Berkeley: University of California Press.
- _____. (2014). *Psychology from an empirical standpoint*: Routledge.
- GROSSMANN, R. (1977). Introduction. In K. Twardowski (Ed.), *On the content and object of presentations*. Netherlands: The Hage.
- JACQUETTE, D. (2004). Brentano's concept of intentionality. In D. Jacquette (Ed.), *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PORTA, M. A. G. (2011). *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Editora Loyola.

- _____. (2014a). Franz Brentano: equivocidade do ser e objeto intencional. In M. A. G. Porta (Ed.), *Brentano e a sua escola* (pp. 27-58). São Paulo: Loyola.
- _____. (2014b). Uma análise do opúsculo de Kasimir Twardowski *Inhalt und gegenstand* na perspectiva de sua significação para a escola de Brentano. In M. A. G. Porta (Ed.), *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola.
- REASLE, G. (2001). *Metafísica de Aristóteles II* (Vol. 2): Edicoes Loyola.
- ROJSZCZAK, A., & Smith, B. (2003). Theories of Judgment. In T. Baldwin (Ed.), *The Cambridge history of Philosophy 1870/1945*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TWARDOWSKI, K. (1977). *On the content and object of presentations: a psychological investigation*: Springer Science & Business Media.
- VAN DER SCHAAR, M. (2013). *GF Stout and the psychological origins of analytic philosophy*: Palgrave Macmillan.

¹ Poder-se-ia argumentar que a borboleta “é” de várias maneiras. Mas isto também remete ao problema do termo “ser”: é possível conceber-se uma linguagem *L* na qual existam conectivos diferentes para cada tipo de predicação: A borboleta \exists (existe); Azul \subset borboleta; A borboleta \in [inseto] etc.

² Nossa tradução a partir da versão em inglês. No original, “τα μεν γαρ οτι ουσιαι, οντα λεγεται, τα δ’ οτι πατη ουσιας, τα δ’ οτι οδος εις ουσιας η φθοροι η στερησεις η ποιητες η ποιητικα η γεννητικα ουσιας η των προς την ουσιας λεγομενων, ε τουτχιν τινος αποφασεις η ουσιας. διο χαι το μη ον ειναι μη ον φαμεν.” (Reale, 2001) p. 132.

³ Posteriormente introduzirá modificações em sua teoria, mas aqui não trataremos da fase “madura” de Brentano. Sobre isso veja-se (Porta, 2014a) p. 48 e ss.

⁴ “Infinitations”, na tradução de Twardowski que que utilizamos.

⁵ “Oblique square”, na tradução de Twardowski que que utilizamos.